

Programa Emergencial para Cachoeirinha/RS

Proposta da Coligação
A Esperança Vai Mudar Cachoeirinha

PT, PCDOB, PV, REDE E PSOL

Contexto Político

O município de Cachoeirinha, localizado na região metropolitana de Porto Alegre, no RS, possui mais de 130 mil habitantes e está geograficamente muito bem localizado, às margens da BR 290 e da RS 118 e próximo da BR 116, o que o torna um município atrativo para investimentos e novos negócios.

Cachoeirinha passará por uma eleição suplementar que se dá a partir da cassação pelo TRE-RS da chapa que consagrou-se vencedora do escrutínio regular de 2020. Para a maioria absoluta dos desembargadores, houve por parte da coligação, por meio dos atos do então prefeito, abuso de poder político e econômico de tal forma que impactou no resultado do pleito. Além disso, outras operações e investigações em curso culminaram com o afastamento do prefeito à época. Para o MP, contratos foram praticados fora dos parâmetros legais e, a partir do que o MP chama de formação de quadrilha, pagamentos superfaturados impuseram aos cofres públicos prejuízos que podem passar de 27 milhões de reais.

Hoje a cidade é administrada interinamente por um aliado do governo cassado. O município se encontra na pior crise política, econômica e social da sua história. A maioria dos serviços públicos estão precarizados e a política de terceirizações tem impedido a constituição de um serviço público permanente e estável.

Gestão desorganizada da saúde, desmonte, terceirização e precarização

Nas unidades básicas de saúde, cargos de confiança são contratados até para o trabalho administrativo, enquanto algumas dessas unidades possuem até três coordenadores políticos, para contemplar a demanda de partidos e vereadores da cidade ao mesmo tempo em que faltam profissionais de carreira e pessoas com experiência técnica para gestão em saúde.

O desmonte dos serviços públicos e o amplo processo de terceirizações impactam diretamente no funcionamento de estruturas importantes como a UPA 24 horas. Mesmo com uma decisão liminar ajuizada pelo sindicato dos municipais, na qual a justiça deu causa à proibição da contratação de médicos terceirizados na UPA, a administração da prefeitura seguiu com as mesmas. O resultado é que diversas empresas já foram prestadoras de serviço, causando uma descontinuidade permanente, muitas dessas não conseguem cumprir a escala de regime de plantão da unidade, além de os contratos serem alvo de denúncia e auditoria por meio da constatação de irregularidades pela própria Secretaria Municipal de Saúde.

Desmonte da Educação Pública

Na educação é onde se expressa uma das piores faces desse governo que reúne um consórcio de partidos. A atual administração não vem investindo o mínimo constitucional, que é de 25% do orçamento geral do município. Mas alguns pontos são ainda mais alarmantes que isto.

No ensino fundamental, são poucos os recursos disponibilizados para a gestão descentralizada das escolas. A maioria dos prédios da nossa rede convivem com o completo abandono estrutural. A falta de manutenção tem causado rachaduras, interdição de espaços e até mesmo o fechamento de escolas, como aconteceu com a EMEF Natálio Schlain, na Vila Anair, que foi totalmente interditada, após um incêndio na fiação e a condenação da estrutura do telhado. Em um primeiro momento, os estudantes foram divididos em três espaços precários, inclusive tendo aula em uma praça. Hoje, estão em um pavilhão alugado de uma escola privada, com custo superior a 50 mil por mês. Um ano se passou sem que um tijolo fosse assentado na obra, que ainda não começou, comprovando que o atual governo não tem nenhum compromisso com a educação, além de não ter competência e agilidade necessárias para resolver problemas criados por eles mesmos.

Retirada de direitos legais das educadoras e dos educadores

O consórcio político liderado pelo PSB e o MDB retirou direitos das professoras e professores, garantidos em lei como a hora atividade. Nessa gestão, professoras e professores que foram eleitos diretores ou ocupam algum espaço de coordenação pedagógica deixaram de gozar de um direito legal, previsto na lei 11.738, que instituiu o piso nacional do magistério. A lei é clara e objetiva, ela garante que $\frac{1}{3}$ da carga horária semanal de trabalho seja utilizada para o planejamento pedagógico e escolar.

Com essa atitude, a atual administração que tem a intenção futura de acabar com as eleições para as direções escolares, desmotivou profissionais a colocarem os seus nomes à disposição da gestão das escolas.

A destruição da educação pública por meio das terceirizações

A precarização também vem acompanhada da terceirização nos recursos humanos, mas também do programa pedagógico.

Na primeira, o governo Vicente e Gilso (PSB/MDB) extinguiu o cargo de merendeira (cozinheira) e serviços gerais, passando a contratar de empresas privadas. Essas empresas terceirizadas foram contratadas a partir de editais mal elaborados, em várias oportunidades foram contratos temporários. Quando se pesquisa o endereço das mesmas, descobre-se que ficam em um terreno baldio de alguma cidade no estado de São Paulo. Embora assumam contratos milionários, têm como capital declarado não mais que 10 mil reais. A partir disto, inicia-se um processo cíclico em que primeiro o vale-transporte das trabalhadoras é pago em atraso ou não é pago, até que o salário começa a atrasar por semanas ou até meses.

Só neste ano, as escolas do nosso município ficaram mais de três vezes sem serviço de limpeza e higienização e sem alimentação para as crianças, pois não havia cozinheiras. Essa triste realidade fez com que as professoras, em especial as que estão na direção, tivessem que ir para a cozinha, visando garantir o mínimo de alimentação para os alunos. Muitas tiveram que fazer a limpeza dos banheiros. Em outras escolas, como a EMEI Osmar Stuart, na periferia de Cachoeirinha, crianças foram dispensadas às 11h30min por não haver almoço na instituição. Essa tragédia só não ocorreu nas escolas que ainda contam com cozinheiras e auxiliares de serviços gerais de carreira.

Na educação infantil, a não expansão da oferta de vagas faz com que cerca de 600 crianças estejam fora das escolas de educação infantil, impondo não somente aos pais um desafio gigante para conciliar jornada de trabalho e cuidados, como às crianças que crescem privadas do acesso à educação desde a primeira infância, o que fortalece sobremaneira o crescimento pedagógico, cognitivo e motor destas. Além disso, esse governo segue com uma gambiarra administrativa que penaliza trabalhadoras e impacta na qualidade da educação.

Essa gambiarra consiste na absurda contratação de professoras de educação infantil como "atendentes". É uma gambiarra pelo fato de a lei de diretrizes básicas da educação obrigar que já na educação infantil haja uma professora regente com formação superior em pedagogia ou curso de magistério. A prefeitura de Cachoeirinha exige essa formação no currículo, mas contrata essas profissionais como "atendentes de educação infantil" e não como professoras. Os impactos estão presentes na vida funcional, afinal elas recebem menos do que deveriam e ainda, mesmo praticando a docência, não têm direito à aposentadoria especial.

Essas turmas têm em regra uma "atendente", que por ser contratada assim, não recebe o direito a hora atividade, como é garantido em lei.

Terceirização pedagógica

Embora Cachoeirinha tenha construído, a partir de 2001, uma cultura democrática e participativa do pensar educação, característica que culminou com a elaboração da 1ª Constituinte Escolar, esses planos foram deixados de lado pela atual administração. EM 2021, o governo impôs às escolas a aplicação de um método de alfabetização privado, organizado por uma ONG que é financiada por grandes bancos, com o objetivo de retirar das educadoras a autonomia nesse processo, deixando de lado os planos, programas e políticas construídos coletivamente com profissionais da educação, militantes desse setor, sociedade civil organizada e comunidade escolar.

O chamado "pacto pela alfabetização", do Instituto Alfa e Beto, consiste em uma metodologia criticada por alfabetizadores, pois ela ignora a realidade social, cultural e local da criança ao estabelecer um padrão normativo já superado por uma série de pensadores e teóricos da educação, como o patrono brasileiro da educação Paulo Freire. O mandato do vereador David Almansa organizou a resistência dos educadores, promovendo audiências públicas que obrigaram o governo a debater o tema com os trabalhadores e as trabalhadoras da educação pública municipal.

Essa resistência fez com que a imposição fosse flexionada, mas o projeto de terceirização não deixou de ser aplicado, ainda que de forma menos traumática do que a ideia inicial. Essa contextualização é muito importante, pois ela expõe uma característica marcante desse governo: a falta de espaços democráticos de escuta e participação, o desprezo com o pensar coletivo da educação pública e a visão privatista e terceirizada da administração pública.

Impactos da pandemia na educação relativizados ou ignorados pela administração

A pandemia ocasionada pela disseminação do vírus SARS - COVID 19 e a necessária suspensão das aulas no período mais agudo da mesma, impôs severos impactos em diversas áreas, uma das mais afetadas foi a educação.

Enquanto escolas privadas forneciam vídeoaulas de qualidade e em tempo real para crianças que, via de regra, dispõem de uma melhor condição econômica e social, a maioria das crianças em idade escolar da rede pública conviveu com a rotina do medo da fome, da falta de espaço físico adequado para a execução de tarefas pedagógicas, sem acesso ou com acesso precário à internet e a equipamentos como smartphones, tablets e computadores. As professoras se viraram como puderam, de casa em casa foram entregando “folhinhas” com algumas atividades, mas também passaram boa parte do tempo organizando “kits” de alimentação com a merenda que chegava nas escolas. Professoras que não contaram com nenhum apoio da prefeitura para a oferta de internet ou mesmo combustível para deslocamento até a casa dos alunos.

Essa realidade histórica da pandemia, somada à ingerência e falta de atitude dos administradores municipais, impôs aos estudantes severas consequências como uma espécie de “blackout” educativo. Foram quase dois anos fora das salas de aula, privados do convívio escolar, além de conviveram com as mazelas da fome, insegurança e transtornos mentais como a depressão, a ansiedade e outros distúrbios. Mesmo diante dessa realidade complexa, o poder executivo local nada fez de diferente para que pudéssemos amenizar esses impactos.

Não se pensou em uma estrutura pós-pandemia que pudesse oferecer acompanhamento pedagógico para os estudantes mais impactados. Não há nenhuma operação com vistas a recuperar as perdas no aprendizado. Nenhuma força tarefa foi implementada para diagnosticar e acompanhar o desenvolvimento intelectual dos alunos. Nem as educadoras e os educadores foram alvo de um processo de formação e debate que pudesse construir um programa emergencial pós-pandêmico para a educação pública. Vivemos como se ela não tivesse ocorrido e como se os seus impactos fossem inexpressivos.

São diversos os relatos de coordenadoras pedagógicas e professoras sobre o aumento do sofrimento psíquico de jovens estudantes e crianças. Mesmo com o aumento da demanda por atendimento específico e psicológico, além da visível necessidade de um atendimento pedagógico no contra turno, não houve ampliação dos recursos humanos disponíveis.

É urgente a organização de uma nova constituinte escolar e a elaboração de um programa emergencial de educação, que objetive sanar o déficit imposto pela pandemia.

Serviços Urbanos: Destruição do aparato público, abandono, precarização, corrupção e ingerência.

O epicentro dos escândalos de corrupção em nossa cidade se dá na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. É nessa área tão sensível e importante da organização de uma cidade que a atual administração fez deste o maior problema enfrentado pelos cachoeirenses. Primeiro, instituíram na administração pública de maneira tal que não se encontra amparo na legislação vigente a prática dos contratos emergenciais “prolongados”, criando uma verdadeira aberração na gestão pública, fingindo ser um método autorizado pela lei 8.666. Desde os primeiros meses do primeiro governo Miki (PSB/MDB), foram estabelecidos contratos emergenciais milionários com empresas que hoje são proibidas de contratar com o poder público.

Esses contratos eram das seguintes áreas: limpeza urbana, como capina, varrição de ruas, coleta de lixo seletiva, mecânica e automatizada e pavimentação. Em decorrência das suspeitas de corrupção e superfaturamento, o TJRS afastou secretários municipais, servidores públicos e o chefe do executivo. Cachoeirinha ficou sem coleta de lixo por semanas, ocasionando um verdadeiro colapso sanitário.

A cidade está há meses sem um contrato permanente de pavimentação urbana e manutenção de vias. Todas as ruas da cidade estão com muitos buracos, algumas completamente intrafegáveis.

O que causa espanto é que mesmo com o Ministério Público de olho nos editais e licitações, a administração prosseguiu tentando celebrar contratos emergenciais eivados de equívocos e irregularidades, o que atrasou demasiadamente a retomada dos serviços urbanos mais básicos e até hoje não tivemos o pleno restabelecimento desses. Estamos falando de uma cidade sem projeto urbanístico e sem a manutenção daqueles que já existem. Uma cidade sem estrutura para recuperar suas vias e uma administração pública tão desfalcada e mal administrada que não há projetos capazes de estabelecer um cronograma de recomposição dos serviços, o que dirá apontar para um projeto de desenvolvimento que percorra uma década.

Assistência social insuficiente, abandono e fome

Cachoeirinha possui um razoável número de equipamentos de assistência social, a totalidade deles provenientes das políticas nacionais implementadas pelos governos do PT, por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Possuímos cinco Centros de Referência em Assistência Social, CRAS, a ampla maioria deles ocupa prédios alugados e de má qualidade, estruturas precárias ou até insalubres, como é o caso do CRAS na vila Jardim Betânia. Além disso, predomina nestas estruturas a mesma cultura retrógrada de indicações políticas sem qualificação ou formação em serviço social. Essas estruturas atuam abaixo do seu potencial, apenas replicando de forma muito modesta as políticas do governo federal, quando elas existem.

Ainda assim, os CRAS resistem com a dedicação de servidores de carreira, que fazem além do que lhes é obrigação para atender as famílias que mais precisam. Para falarmos em números, cada CRAS distribui por mês 10 cestas básicas, essas não duram um dia para a longa fila de espera. Mesmo no contexto de pandemia, quando houve um severo aumento no número de pessoas em situação de insegurança alimentar grave e passando fome, não houve uma iniciativa pública para ampliar a oferta de cestas básicas, o que vimos foi a espetacularização das doações por meio do chefe do executivo e a distribuição de mantimentos com uma absurda vinculação política.

Essa administração ainda trata assistência social como assistencialismo político, em que objetiva a manutenção das pessoas em condição de vulnerabilidade para poder jogar com as necessidades mais básicas do povo. É por isso que se torna imprescindível derrotar esse projeto que não tem no seu horizonte a promoção da mobilidade econômica e social dos mais pobres.

Segundo o IBGE, quase 80% das pessoas que vivem em Cachoeirinha recebem até dois salários mínimos. Esse dado é alarmante e comprova que os efeitos da desindustrialização no país tiveram severos impactos aqui, uma vez que a indústria, via de regra, oferta empregos com padrão remuneratório mais elevado que outros setores como o de serviços. É fundamental que a prefeitura formule políticas públicas de proteção social, ao mesmo tempo em que constituiu um amplo programa de recuperação econômica e inovação, capaz de repensar nossa matriz produtiva e potencializar a geração de emprego, renda e desenvolvimento social.

Urbanização mal planejada e aumento demográfico desacompanhado da oferta de serviços públicos

Cachoeirinha vivenciou dois "booms" imobiliários. O primeiro se deu a partir do incremento orçamentário no programa Minha Casa, Minha Vida, de forma mais intensa nos financiamentos imobiliários, o que gerou a criação de bairros inteiros, em especial no extremo norte da cidade. Moradas do Bosque, Chácara das Rosas I e II, Moradas do Lago, Villa Bella, Jardim dos Estados, Meu Rincão e outros, foram construídos com pouca ou nenhuma oferta de serviços públicos. Para se ter uma ideia, a escola de educação infantil do bairro Moradas do Bosque levou dez anos para ser entregue, e ainda não foi entregue em sua plenitude. Além disso, não houve a ampliação da rede de unidades básicas de saúde ou estratégias de saúde da família. A última escola construída na cidade foi em 2004, a EMEF Jardim do Bosque.

Outros pontos que exemplificam a urbanização mal planejada são as obras completamente absurdas que foram iniciadas em Cachoeirinha, como a famigerada ciclovia da Avenida Flores da Cunha. Uma obra feita sem nenhum diálogo com os ciclistas, arquitetos e urbanistas, alvo de denúncias e fiscalização desde o começo e que já consumiu mais de 1,5 milhão de reais (desatualizados). Essa obra é o retrato de uma administração absurdamente incompetente e negligente com os recursos públicos.

A pista do skate park, fruto de uma ampla organização social da juventude, foi executada com todos os problemas possíveis para uma obra pública. Ao invés de reverterem os problemas e criarem soluções, o governo interino, que dá continuidade ao caos instalado, recorreu ao seu preconceito com a cultura do skate e preferiu devolver mais de 700 mil reais para a Caixa Econômica Federal.

A única obra de moradia popular oriunda do programa Minha Casa, Minha Vida em Cachoeirinha é o loteamento Chico Mendes. Uma catástrofe arquitetônica, urbanística e social. O loteamento nunca foi concluído, passou por uma ocupação, até que o governo decidiu entregar as casas para as famílias sem que as mesmas tivessem condições de serem habitadas. Falamos aqui de famílias com mais de seis pessoas que foram morar em um espaço de não mais de 30m², sem divisórias, vaso sanitário, portas, janelas, uma desumanização total.

Cerca de 40% do território de Cachoeirinha é formado por ocupações irregulares. Algumas dessas ocupações se dão em áreas de risco, como debaixo de torres de alta tensão, caso das vilas Antenas, Navegantes e Jardim Conquista (rua 4), ou na beira de córregos e arroios, como o beco da Corsan, trechos da Nova Cachoeirinha, Navegantes, Canarinho e ao longo da rua Caí, na Princesa Isabel. Não houve nas últimas décadas um programa contundente de regularização fundiária e realocação de famílias, um completo descaso com os mais pobres da cidade.

O presente programa emergencial de governo não tem por objetivo detalhar todos os problemas que a cidade vive, embora sejam muitos. O atual governo não elabora políticas de proteção às mulheres, não cuida de forma adequada dos idosos, das pessoas com deficiência e não cria oportunidades de educação tecnológica para a nossa juventude. Somos uma cidade que se acostumou a não ter lazer e não possuir equipamentos públicos adequados, como praças bem iluminadas e arborizadas. A verdade é que a classe política dirigente não tem interesse em fazer de Cachoeirinha uma cidade que possa entregar a sua população tudo que ela precisa e muito mais. É uma classe política que não se preocupa com a resolução dos problemas mais básicos de uma cidade. Uma gestão que solapa espaços de debate e diálogo, não se abre para novas iniciativas e não tem interesse em construir uma projeto de desenvolvimento a longo prazo, que possa fazer do nosso município uma referência regional, mesmo que tenhamos potencial para isso.

É diante dessa contextualização e da presente realidade, de um governo de dois anos e de reconstrução, que apresentamos um programa emergencial, que pretende resolver os problemas básicos, com inovação, competência, transparência e controle social, constituindo os alicerces necessários para uma transição política, administrativa e cultural em Cachoeirinha.

DIRETRIZES DO PROGRAMA EMERGENCIAL PARA CACHOEIRINHA

Reconstruir a cidade com o povo e para todos!

A presente proposta tem por objetivo implementar um programa emergencial que articule algumas das principais áreas da administração pública e reposicione a prefeitura municipal de forma ativa, utilizando a máquina pública para fomentar a economia, geração de emprego e renda em nosso município. Para isso, vamos ter como eixos principais: a) a reestruturação da educação pública; b) a reorganização do organograma da saúde, para entregar mais com o mesmo; c) a garantia da oferta de serviços públicos para zeladoria da cidade e manutenção das vias públicas; d) o combate à fome e a oferta de segurança social; e) o desenvolvimento econômico e a reindustrialização. Paralelo a isso, iremos estabelecer políticas e iniciativas que abordam temas ligados às mulheres, jovens, negros e negras, PCDs, idosos, meio ambiente, cultura, inovação, segurança pública, mobilidade e moradia popular.

1 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, GERAÇÃO DE EMPREGO, DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E APOIO AO COMÉRCIO

Elemento I: Programa de apoio ao comércio local:

- Apoio em infraestrutura, comunicação audiovisual e logística para as datas especiais e importantes para o comércio, ex: Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia dos Namorados, Páscoa, Natal, Carnaval etc;
- Publicação periódica de dados estatísticos e econômicos como empregabilidade, crescimento do PIB, arrecadação e mapeamento do crescimento de negócios específicos para subsidiar a elaboração de estratégias de ampliação financeira dos negócios e empreendimentos do município;
- Novo formato das compras públicas: Garantir que compras públicas como alimentação para escolas, material de escritório, uniformes escolares e outros possam ser adquiridos prioritariamente por cooperativas, pequenos e médios negócios, a exemplo do Programa Fornecer do Governo Tarso;
- Campanha anual de publicidade "Quem Ama Cachoeirinha Compra Aqui", para incentivar o consumo local.

Elemento II: Fomento Econômico e Distribuição de Renda

1. Criação da Moeda Social Digital como fomento emergencial. A exemplo do que fez Maricá (RJ), Fortaleza (CE) e outras experiências no mundo, vamos criar uma moeda social local com a intenção de fomentar o comércio da cidade e combater a fome, em especial nos centros periféricos. A prefeitura investirá cerca de 6 milhões de reais e atenderá quase 6 mil famílias.
- O negócio será operado por banco ou cooperativa de crédito, optando pelo que apresentar o menor custo de manutenção. Não haverá custo para a população atendida. Os critérios para obtenção da renda serão balizados pelo Cadastro Único.
 - A moeda social local não se limita à população de baixa renda. Será incentivada a adesão da população em geral para fortalecer a circulação desta moeda.

Elemento III: Fomento à Inovação, Formação Técnica e Produção Tecnológica

- Criação do Fundo Municipal de incentivo à inovação: O objetivo é captar recursos públicos e privados para garantir apoio à iniciativas tecnológicas e startups com foco na elaboração de produtos voltados ao comércio e à indústria.
- Criar o Parque Tecnológico da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), em Cachoeirinha. A UERGS absorveu a estrutura da extinta CIENTEC, Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado, com isso, recebeu uma extensa área com laboratórios, na região do distrito industrial. Nosso mandato de vereador já tem articulação com a reitoria e na prefeitura vamos garantir com a UERGS, o Governo do Estado e as empresas da cidade a constituição de um campus tecnológico que abrigue as startups e fomenta a inovação.
- Junto ao eventual governo Lula, iremos articular com o Ministério da Educação a constituição de um Instituto Federal em nosso município, assim como fizeram os municípios de Alvorada, Gravataí e Viamão. Apenas nossa cidade não possui essa importante ferramenta que oferece educação tecnológica de nível superior e de extrema qualidade.
- Criar a Secretaria de Inovação e Fomento Tecnológico. A pasta será criada a partir da extinção de outros cargos, reorganizando o organograma da estrutura municipal para constituir um espaço exclusivo que pense o desenvolvimento da cidade a longo prazo, conectado com as novas tecnologias e as novas relações de mercado e trabalho, em especial o e-commerce.

Elemento IV: Segurança Pública e Cidadã Integrada e Ágil

1. Constituir um Centro Integrado de Videomonitoramento mais amplo, adequado e atualizado tecnologicamente, inclusive dispondo de espaço físico qualificado.
2. Ampliar o cercamento digital, incluindo a Guarda Municipal de forma mais efetiva no controle das informações junto aos demais órgãos de segurança pública do Estado.
3. Reforma e ampliação da Guarda Municipal: Nossa Guarda Municipal teve o início de uma reestruturação por meio do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI), que possibilitou a aquisição de viaturas modernas, farda, armas letais e não letais. Nós iremos aprofundar essas mudanças a partir dos seguintes encaminhamentos:
 - Adequação do plano de carreira ao Estatuto Nacional das Guardas Municipais, isso inclui a contratação com nível médio, não mais apenas o fundamental;
 - Adequar o salário base, garantindo renda que oportunize uma aposentadoria digna;
 - Aumento do efetivo por meio do incremento da receita do município;
 - Organização de formação permanente para que a Guarda atue como uma polícia comunitária;
 - Criar mecanismos digitais de contato direto com a Guarda Municipal para agilizar o atendimento de ocorrências, ampliando a presença física dos agentes nas ruas para garantir o aumento da sensação de segurança.
 - Nova política de iluminação pública e dos equipamentos públicos, com incentivo à circulação das pessoas, maior política de segurança pública comprovam estudos.

Elemento V: Revitalização Humanizada da Avenida Flores da Cunha

- Construção de novos equipamentos públicos na Avenida Flores da Cunha e arredores como os parklets, para ocupação dos espaços públicos pelos cidadãos da cidade.
- Ampliação das áreas de convivência com alargamento das calçadas, instalação de bancos e retomada do calçadão.
- Elaboração do projeto e execução da Rua Coberta do comércio.
- Implantação do estacionamento rotativo.
- Ampliação da coleta seletiva e estudo para retirada dos contêineres de lixo.
- Instalação de lixeiras ao longo da avenida.
- Projeto paisagístico da Avenida Flores da Cunha.

Elemento VI: Eixos Econômicos nos bairros

Uma característica importante da organização do comércio de Cachoeirinha são os pujantes e descentralizados centros comerciais nos bairros da cidade. Embora a iniciativa privada tenha constituído verdadeiros “eixos comerciais”, eles carecem de planejamento urbanístico e arquitetônico. Nós vamos organizar os eixos comerciais da cidade por meio da sua revitalização e da potencialização dos empreendimentos com um programa municipal de gestão e consultoria, em parceria com instituições como o SEBRAE.

- O projeto consiste na organização da infraestrutura urbana dos eixos que se encontram na Rua Juscelino Kubitschek, Bairro Granja Esperança, na Avenida Estados Unidos e Espírito Santo, Bairro Nova Cachoeirinha, na Rua Curitiba, Vila Anair, na Avenida José Brambila, Vila Vista Alegre e no centro comercial do Parque da Matriz.
- Os eixos receberão a instalação de lixeiras, pavimentação, adequação do passeio público e uma política de padronização das identidades visuais dos comércios, bem como iluminação diferenciada e instalação de arcos para organização de eventos em datas comemorativas.
- Fomento para a construção do bairro boêmio da cidade, a exemplo do 4º Distrito na capital. A prefeitura criará um escritório de projetos para receber a iniciativa privada e empreendedores em geral, focando seus empreendimentos nas áreas de vocação. Neste caso, iremos buscar investidores para construir um centro de bares e outros negócios voltados à vida noturna da cidade.

Elemento VII: Promoção de Eventos temáticos

- Organizar o Festival da Gastronomia de Cachoeirinha.
- Investir na versão local do Natal Luz.
- Fomentar a organização de feiras multissetoriais nos bairros, como a “Me Gusta” de PoA.
- Apoio a eventos privados em espaços públicos.

TRANSFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E RESGATE DA DEMOCRACIA PEDAGÓGICOS

Para transformarmos a educação pública municipal, deixando para trás esse longo período de falta de manutenção nos prédios, insegurança no ambiente escolar e defasagem no aprendizado, vamos convocar, nos primeiros 100 dias, uma constituinte escolar. A constituinte reunirá a rede municipal, pensadores da educação, sociedade civil organizada e a comunidade em geral para reformar nossos planos pedagógicos e constituir um programa de recuperação da estrutura da rede de educação infantil e fundamental. Além disso, seguiremos as seguintes diretrizes:

1. Vamos convocar uma nova constituinte escolar e atualizar nossos planos e programas pedagógicos para uma educação do século XXI e pós-pandêmica.
2. Vamos reformar todas as escolas municipais, desde as que necessitam de pequenos reparos, até as que precisam de obras mais robustas, como é o caso da Escola Natálio Schlain e Fidel Zanchetta, e aquelas que precisam urgentemente de uma ampliação, como é o caso da EMEF José Victor de Medeiros, EMEF Alzira.
3. Construiremos coberturas para as escolas que ainda não possuem, como a EMEF Papa João XXIII.
4. Contratação de novas professoras e profissionais da educação, chamando os que aguardam no concurso que ainda está ativo.
5. Vamos zerar a fila de espera para a educação infantil, que hoje é de 600 crianças.
 - Vamos fazer isso ampliando a contratação de vagas com escolas conveniadas e sem fins lucrativos.
 - Ampliando a estrutura das escolas existentes como a EMEI Menino Jesus, EMEI Chapeuzinho Vermelho, EMEI Sonho de Criança, EMEI Fada Madrinha.
 - Vamos ampliar o atendimento na EMEI Maria do Carmo, no bairro Moradas do Bosque.
6. Vamos reestruturar a carreira da educação infantil da seguinte forma:
 - As profissionais serão contratadas como professoras, não mais como atendentes de educação infantil.
 - Teremos contratos de 20 horas, 30 horas e 40 horas semanais.
 - A rede será organizada em Professora regente 1, 2 e 3, além da contratação de monitores de educação infantil, como nível médio.

7. Garantimos a oferta de hora atividade para as professoras da educação infantil.
8. Vamos construir a política municipal de recuperação, para minimizar o déficit causado com a redução das aulas durante o período de pandemia.
9. Restabelecimento da hora-atividade para os profissionais da educação que estão nos espaços de direção e coordenação.
10. Criação de uma estrutura permanente que ofereça atendimento e acompanhamento psicopedagógico e assistencial, ou seja, teremos psicólogos, psicopedagogos e assistentes sociais trabalhando dentro do ambiente escolar.
 - O objetivo é garantir atenção para os temas voltados à saúde mental, prevenindo e combatendo os males da ansiedade, depressão e outros.
 - Essas equipes multidisciplinares também terão a tarefa de acompanhar o desenvolvimento social das crianças, garantindo que os estudantes oriundos das famílias em maior situação de vulnerabilidade social sejam atingidos pelo conjunto de políticas públicas de proteção social e combate à fome.
 - Apoio psicológico para os profissionais da educação.
11. Aumento da segurança no ambiente escolar, com a ampliação das patrulhas da guarda municipal e a garantia de um/uma guarda em cada escola municipal.
12. Descontinuidade na política de terceirização das funções de trabalho nas escolas municipais, resgatando vínculos e ofertando serviços de qualidade.
13. Garantia de alimentação adequada e em quantidade e qualidade suficiente para atender a todos e todas.
14. Política inclusiva: Garantir os recursos humanos necessários para que as escolas sejam espaços inclusivos. Faremos isso com a contratação de monitores sociais e a oferta de atividades extracurriculares para estudantes da inclusão.
15. Ampliação dos atendimentos no Centro Municipal de Atendimento Educacional Lampadinha.
16. Aumento do repasse destinado à gestão descentralizada dos recursos

REESTRUTURAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL - NOVOS PRINCÍPIOS NORTEADORES, QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO E CONTROLE SOCIAL

O caos que vivemos na saúde pública em Cachoeirinha se deve, em sua maioria, pela falta de uma gestão técnica eficiente. Nunca se viu tantas interferências políticas em uma pasta por pessoas que não conhecem sequer os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

Pessoas sem nenhuma vivência com a temática da gestão em saúde pública ocupam, hoje, espaços de coordenação da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), como coordenadorias de unidades básicas de saúde, gestão da Unidade de Pronto Atendimento 24 horas, diretorias na SMS e a própria e importante função de secretário(a) municipal da saúde. Nós vamos mudar isso com as seguintes diretrizes:

1. Fim das indicações político partidárias para a coordenação das unidades básicas de saúde, estratégias de saúde da família e da UPA 24h. Para a execução dessa política vamos constituir as seguintes ferramentas:
 - a. Criar uma superintendência geral das UBS e ESF, com corpo técnico e funções de confiança do prefeito e da gestão municipal;
 - b. Nas unidades, as coordenações serão de profissionais de carreira, com experiência em gestão pública da saúde.
2. Reorganização do organograma da saúde municipal. As unidades básicas terão que resolver até 85% das demandas em saúde, para isso, com a extinção dos cerca de três cargos de coordenação que cada UBS tem, vamos contratar uma enfermeira ou técnica em enfermagem e um farmacêutico para cada unidade, onde procedimentos possíveis de serem realizados nas UBS serão feitos ali.
3. Descentralização da Farmácia Municipal. Medicamentos de uso contínuo, antibióticos e outros serão disponibilizados em farmácias localizadas nas principais unidades básicas de saúde.
4. Reforma das unidades por meio da captação de recursos federais e estaduais e municipais.
5. Ampliação qualificada do teleagendamento e do agendamento por aplicativo.
6. Redução das terceirizações na UPA com ampliação da contratação de médicos.
7. Constituição de um Grupo de Trabalho Integrado da gestão da SMS e da direção do Hospital Padre Jeremias, com a participação do Conselho Municipal da Saúde.
8. Buscar a gestão plena dos recursos da saúde.
9. Celebração de convênio local para traumatologia.
10. Aquisição de aparelho de raio x para a UPA 24h.
11. Readequação dos espaços físicos das unidades de saúde para melhor atender a população, como a oferta de estacionamento na UPA e estruturas adequadas na parte externa das unidades para maior conforto da população que aguarda atendimento.
12. Reestruturação da saúde mental, com a contratação de novos psicólogos, psiquiatras, enfermeiros e técnicos para os dois Centros de Atenção Psicossocial, CAPS.
13. Criar o CAPS voltado para atenção de problemas oriundos do uso de Álcool e Drogas.

14. Capacitar os profissionais das unidades básicas para atenderem as demandas da saúde mental que são de responsabilidade das UBS, pois o CAPS é um serviço de atenção especial, não de porta de entrada.
15. Operação para zerar a espera por exames e consultas com especialistas.
16. Construção da Policlínica Municipal, com a oferta de atendimento especializado.
17. Garantia do atendimento ginecológico nas unidades básicas de saúde para todas as mulheres e não apenas para gestantes.
18. Reestruturação da Unidade de Atendimento dos Idosos, com humanização do espaço e oferta de mais serviços.
19. Ampliação das Equipes de Saúde da Família.
20. Aumento do controle social, com a criação de conselhos de usuários em cada unidade básica de saúde e ampliação da atuação do Conselho Municipal da Saúde.

ZELADORIA DA CIDADE: RECUPERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO URBANA, PAVIMENTAÇÃO, EMBELEZAMENTO, CALÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E URBANA DE CACHOEIRINHA

Os problemas enfrentados pelos nossos munícipes em temas ligados à limpeza urbana, como a coleta de lixo, a reciclagem, mas também em áreas como a manutenção das vias, capina e pavimentação, se deve ao fato de que foi nesta área da gestão da cidade que se instalou o maior esquema de corrupção, desvio de dinheiro público e fraude em licitações, segundo o Ministério Público do Rio Grande do Sul. Para reverter essa situação, temos algumas propostas e diretrizes.

1. Constituir um contrato permanente de manutenção urbana da cidade, pondo fim aos famigerados contratos emergenciais.
2. A gestão dos contratos de manutenção urbana será feita por servidor público de carreira.
3. Obtenção de financiamento para o recapeamento das principais vias da cidade, como a Avenida Estados Unidos, Ruas Juscelino Kubitschek, Curitiba, Dorival Cândido, Brambila, Marechal Rondon entre outras.
4. Criar a Empresa Pública de Serviços e Urbanização, para qualificar o atendimento das demandas de zeladoria.
5. Projeto paisagístico com programa de arborização da cidade, por meio do Horto Municipal Chico Mendes.

6. Vamos criar o Escritório de Projetos e Captação de Recursos, voltado para a elaboração e gestão de projetos de impacto urbanístico e arquitetônico, organizando a oferta de emendas parlamentares e outras fontes de financiamento, bem como a captação de recursos privados.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E COMBATE À FOME

Para combater à fome e garantir proteção social para a nossa população, vamos ampliar os investimentos na Secretaria de Assistência Social, que será reformulada para Desenvolvimento Social, rompendo com a prática de políticas sociais rasas, assistencialismo e descontinuidade de programas, para isso tomaremos as seguintes medidas:

1. Construção de um restaurante popular na zona norte da cidade;
2. Ampliação da oferta de refeições no atual restaurante popular;
3. Ampliação de 50 para 500 cestas básicas nos CRAS;
4. Reorganização do albergue municipal e estudo para viabilidade da mudança desse espaço para aquele do antigo CRAS Herbert, repensando a política de proteção às pessoas adultas em situação de rua;
5. Organização de cooperativas de costureiras, em parceria com o SEBRAE, para que estas possam ser fornecedoras da prefeitura, distribuindo renda;
6. Fomento à organização de hortas comunitárias em parceria com a EMATER e os produtores do projeto semear;
7. Fomento, apoio e organização de uma rede de cozinhas comunitárias nas regiões periféricas, como forma emergencial de combate à fome;
8. Reestruturação da agência municipal de empregos, com foco na oferta de cursos de qualificação para reposicionamento das pessoas no mercado de trabalho, criando parcerias com as escolas técnicas de Cachoeirinha;
9. Combate ao trabalho infantil com a oferta de oficinas remuneradas para os jovens no contraturno escolar;
10. Mais parcerias com o Senai para qualificação do trabalho dos jovens.

O nosso programa emergencial tem como foco produzir nos 100 primeiros dias mudanças que reorganizem a cidade imediatamente e apresente para a população respostas imediatas naquilo que depende única e exclusivamente de gestão. Dessa forma, serão 4 pontos principais de atuação para os 6 primeiros meses: **reorganização da educação, reestruturação da saúde, garantia da zeladoria, combate à fome com desenvolvimento econômico e geração de renda.**

Paralelo a isso, estaremos implementando, criando e organizando políticas específicas para a cultura, mulheres, combate ao racismo, incentivo ao esporte, moradia, regularização fundiária.

Junto também iremos criar mais mecanismos de combate à corrupção, como a controladoria geral do município, aumento da transparência como o fomento à participação nos conselhos municipais e maior controle social por parte da população, traduzindo números e investimentos para fácil compreensão.

Considerações finais

Nossa cidade tem recursos, precisa de gestão corajosa e com atitude para resolver os problemas mais básicos. O componente político é o principal. Mudar a forma como se constituem as maiorias políticas é fundamental. Uma nova cultura política, sem os vícios tradicionais que trouxeram o município para essa crise atual, já será capaz de entregar serviços de melhor qualidade e em tempo recorde para os cidadãos e cidadãs.

O nosso compromisso é com o povo, com os investidores, com a população. A forma como construímos a nossa chapa nos garante autonomia necessária para implementar uma gestão baseada em novos valores e nos preceitos constitucionais, especialmente da moralidade, legalidade, impessoalidade e transparência. Reconstruir Cachoeirinha é uma tarefa ampla e que exige lideranças com perfil dinâmico e disposição de diálogo e construção coletiva, nós temos isso!